



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR**, empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com sua sede fixada a Rua da Candelária nº 65 – 2º ao 10º e 12º andares – Centro - Rio de Janeiro – RJ – Cep. 20.091.020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 2.007 MW, bem como a construção da usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 7, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A totalidade da geração de energia elétrica é fornecida exclusivamente para a parte relacionada Furnas Centrais Elétricas S.A., único cliente da Companhia, mediante contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	657 MW	Portaria MME Nº 416 - 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	JAN/1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	E.M. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	SET/2000	1
ANGRA 3	1.350 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	Em construção	-

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Princípios de Contabilidade emanados da Lei das Sociedades por Ações, conjugados com a legislação específica aplicável aos concessionários de energia elétrica e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários, conforme práticas contábeis descritas na Nota 3.



Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, a ELETRONUCLEAR contratou no exercício de 2005, os serviços de auditoria independente da empresa HLB Audilink & Cia Auditores, pelo prazo de 3 anos, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa qualquer contrato de prestação de serviços se não o referente aos próprios serviços de auditoria externa.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Práticas regulamentadas

As práticas contábeis da Companhia, regulamentadas pela ANEEL, que norteiam a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Almoxarifado e estoque

- Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado;
- O concentrado de urânio em estoque, os serviços em curso correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e no estoque da piscina de combustível usado – PCU, estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia.

b) Imobilizado

- O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição recuperável, corrigido monetariamente até dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação são determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17/03/99 e atos complementares daquela Agência, apresentadas na Nota 7. A depreciação relativa ao Equipamento Geral (móveis, equipamentos, instrumentos e utensílios) vinculado às áreas de construção é transferida para o custo das imobilizações em curso;
- Em função do disposto na instrução contábil nº 6.3.10, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos ao capital de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;
- O mesmo procedimento foi adotado até o exercício de 1998 para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.



c) Obrigações especiais

As contribuições recebidas da União, Estados, Municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado.

d) Passivo exigível a longo prazo

O passivo para descomissionamento, classificado no exigível a longo prazo, detalhado na Nota 11, destina-se ao custeio dos gastos com o descomissionamento das usinas nucleares. Esse passivo refere-se ao valor estimado, em dólares norte-americanos, dos gastos com o desmantelamento e a descontaminação dos materiais e equipamentos que incorrerão ao término da vida útil das usinas e é apropriado ao resultado do exercício à razão de 1/30 ao ano, prazo esse semelhante ao utilizado para depreciação das usinas.

3.2 – Práticas contábeis gerais

As demais práticas contábeis adotadas pela companhia estão em conformidade com os princípios contábeis emanados da Lei das Sociedade por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários, das quais se destacam:

a) Atualização monetária das demonstrações contábeis

A Lei 9.249/95 eliminou a adoção de qualquer sistema de atualização monetária das demonstrações contábeis, tanto para fins fiscais quanto para fins societários. Dessa forma, as parcelas componentes do ativo permanente, patrimônio líquido e obrigações vinculadas à concessão consignadas até 31/12/95 estão atualizadas somente até essa data pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente. Os registros posteriores estão mantidos pelos seus valores históricos.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo

- As aplicações financeiras representam recursos mantidos no Fundo Extra Mercado do Banco do Brasil e estão registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Por determinação legal, essas aplicações são efetuadas exclusivamente no Banco do Brasil S.A.;
- Os demais ativos, a exceção dos estoques, estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

c) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

**d) Atualizações monetárias de direitos e obrigações**

Os direitos e obrigações, sujeitos a reajustes em função de variações monetárias e cambiais, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

e) Patrimônio líquido e recursos destinados a aumento de capital

- Em conformidade com o previsto no parágrafo I do art. 200 da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício de 2004 foi absorvido por parte das reservas de capital;
- Os recursos destinados a aumento de capital, oriundos da controladora ELETROBRÁS, revestidos da característica de irreversibilidade, estão apresentados neste grupamento.

f) Resultado do período

- O resultado é apurado pelo regime de competência.

NOTA 4 - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato de compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A posição das contas a receber de Suprimento de Energia para FURNAS, em 31 de dezembro, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2005			2004		
	VENCIDO	A VENCER	TOTAL	VENCIDO	A VENCER	TOTAL
Energia contratada	-	132.284	132.284	-	116.079	116.079
Desvio positivo	-	84.326	84.326	-	71.579	71.579
Energia não despachada	-	25.769	25.769	-	36.616	36.616
TOTAIS	-	242.379	242.379	-	224.274	224.274

O faturamento do Desvio de energia e a provisão da energia disponibilizada mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS montam o valor líquido de R\$ 110.095 mil. Esse saldo refere-se ao suprimento do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento e que deverá ser pago por FURNAS cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.



NOTA 5 - ESTOQUE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR

a) Combustível nuclear – Estoque e Serviço em Curso

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior. Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no realizável a longo prazo nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e no realizável a longo prazo a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Periodicamente a Companhia realiza inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear (EC) que já passaram pelo processo de geração de energia elétrica, e que encontram-se armazenados na Piscina de Combustível Usado (PCU) das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2. O resultado da avaliação realizada ao final do exercício de 2005, identificou 5 elementos de combustível nuclear da Usina Angra 1, considerados de difícil aproveitamento. Dessa forma, a administração da Companhia entendeu ser adequada a baixa contábil do ativo realizável a longo prazo em contrapartida ao resultado do exercício (na rubrica matéria prima – consumo de combustível nuclear), do valor de R\$ 12.674 mil, correspondente ao valor residual desses EC, conforme ata da 765ª reunião da Diretoria Executiva realizada em 27/12/05.

Procedimento idêntico ocorreu no exercício de 2004, quando foi baixado o valor de R\$ 48.064 mil, correspondente a 148 EC em condições semelhantes, conforme ata da 720ª reunião da Diretoria Executiva realizada em 28/12/04.

Abaixo, quadro com a composição em 31 de dezembro do estoque total de Concentrado de urânio, Serviço em curso e Elementos prontos:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR (Concentrado, Serviço em curso e Elementos prontos)	R\$ MIL	
	2005	2004
- Concentrado de urânio	66.753	45.756
- Serviço em curso	174.979	144.615
- Elementos prontos	230.972	269.707
TOTAL	472.704	460.078

b) Material de almoxarifado

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequado e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua performance e fluxo contínuo de operação.



Em 2004, a administração da Companhia reavaliou a classificação contábil desses materiais em curto e longo prazos, levando-se em consideração a expectativa de consumo dos mesmos. Em 31/12/05, o saldo da conta Material de almoxarifado no ativo circulante totaliza R\$ 33.825 mil (R\$ 43.098 mil em 31/12/04) e no ativo realizável a longo prazo totaliza R\$ 229.153 mil (R\$ 203.350 mil em 31/12/04).

NOTA 6 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.439.140 mil e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.625.579 mil, cujos créditos fiscais correspondentes não estão contabilizados por força da Instrução CVM nº 371/02. Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado em serviço está composto do seguinte:

Usina Angra 1, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/01/85;

Usina Angra 2, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/09/00;

Equipamento geral (móveis, equipamentos, instrumentos e utensílios).

DESCRIÇÃO	% Taxas Anuais Médias de Depreciação	R\$ MIL			
		2005			2004
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Geração Termonuclear Usinas Angra I e II	3,3	5.999.593	(1.503.076)	4.496.517	4.633.493
Administração	10	21.887	(16.101)	5.786	8.313
Imobilizado em serviço		6.021.480	(1.519.177)	4.502.303	4.641.806
EM CURSO					
Geração Termonuclear		1.784.013	-	1.784.013	1.587.845
Administração		2.563	-	2.563	229
Imobilizado em curso		1.786.576	-	1.786.576	1.588.074
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		7.808.056	(1.519.177)	6.288.879	6.229.880
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		(47.314)	-	(47.314)	(47.314)
VALOR LÍQUIDO		7.760.742	(1.519.177)	6.241.565	6.182.566



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Nos exercícios de 2005 e 2004, foram transferidos do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço os custos complementares da construção e adições da usina Angra 2 e os custos de adições da usina Angra 1 e de infra-estrutura, totalizando R\$ 60.655 mil em 2005 e R\$ 125.872 mil em 2004.

O Ativo Imobilizado em Curso refere-se basicamente aos investimentos realizados na usina Angra 3, totalizando R\$ 1.481.882 mil em 31/12/05 (R\$ 1.424.499 mil - 31/12/04), cuja continuidade é esperada pela ELETRONUCLEAR. Através da Resolução nº 7, de 21/07/03, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, foi criado um Grupo de Trabalho para analisar o contexto e as implicações ambientais, sociais e econômicas relativos a Angra 3, visando subsidiar o CNPE quanto ao empreendimento.

A Companhia acreditando na viabilidade da usina Angra 3, tem realizado gestões com órgãos governamentais no sentido de que o projeto seja incluído no contexto dos seus investimentos para os próximos exercícios, que vêm sendo bem acolhidas. Assim a ELETRONUCLEAR mantém-se empenhada na consecução das atividades do projeto Angra 3.

Neste contexto, a Companhia deu continuidade à elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - RIMA, objetivando o processo de licenciamento ambiental do empreendimento e a elaboração do Relatório Preliminar de Análise de Segurança - RPAS, com vistas ao licenciamento nuclear, bem como a estudos sobre modelagem para o financiamento do empreendimento, à negociação de contratos existentes, ao projeto do empreendimento e à preservação dos equipamentos armazenados.

O valor apresentado como retificação do Ativo Imobilizado, sob o título de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, refere-se à verba federal de recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, aplicada na construção da usina Angra 1, por ocasião do seu início. Em virtude de sua natureza, esse valor não representa obrigação financeira para a Companhia.

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O custo do excedente nuclear referente à construção das usinas Angra 1 e Angra 2 foi absorvido pela União e o acerto de contas final foi efetuado em 1999. A ELETRONUCLEAR passou, então, a refletir no seu balanço os custos de construção das usinas Angra 1 e Angra 2 limitados à alternativa hidrelétrica de geração correspondente, acrescidos dos custos complementares e adições ativados após a entrada em operação das usinas.

**NOTA 8 - FORNECEDORES**

O saldo do Grupo Contábil Fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, materiais e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

O saldo referente a faturas do exterior inclui a provisão de impostos a serem recolhidos no país, cujos vencimentos ocorrem a partir da data do fechamento do câmbio das mesmas.

Abaixo quadro com a composição da dívida aos Fornecedores:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2005			2004		
	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO
Faturas processadas	113.490	90.911	204.401	140.634	155.421	296.055
Varição cambial	-	(1.247)	(1.247)	-	7.477	7.477
Provisão serviços realizados	22.629	36.315	58.944	33.170	7.986	41.156
Saldos em 31 de dezembro	136.119	125.979	262.098	173.804	170.884	344.688
	48,1%	51,9%	100%	50,4%	49,6%	100%

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro são:

a) A composição da dívida por Credor está assim distribuída:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL							
	2005				2004			
	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
EM EURO								
> ELETROBRÁS								
Bancos alemães	45.631	147.521	590.079	783.231	2.686	128.551	808.418	939.655
Renegociações	12.176	40.209	160.840	213.225	749	34.821	224.068	259.638
Total	57.807	187.730	750.919	996.456	3.435	163.372	1.032.486	1.199.293
EM REAL								
> ELETROBRÁS								
ANGRA 1 e 2	837	893	502.632	504.362	705	775	385.693	387.173
Capital de Giro	-	16.836	553.549	570.385	-	15.198	563.575	578.773
	837	17.729	1.056.181	1.074.747	705	15.973	949.268	965.946
> FURNAS	-	58.112	31.696	89.808	9.794	74.504	88.735	173.033
Total	837	75.841	1.087.877	1.164.555	10.499	90.477	1.038.003	1.138.979
TOTAL GERAL	58.644	263.571	1.838.796	2.161.011	13.934	253.849	2.070.489	2.338.272

A totalidade da dívida está garantida pela ELETROBRÁS.



Os empréstimos em moeda estrangeira contratados com a ELETROBRÁS referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães DRESDNER BANK e KFW aplicados na construção da usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRÁS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas da construção da usina Angra 2, bem como para o combustível nuclear da primeira recarga da usina Angra 1.

Com base na Resolução nº 707/05 da ELETROBRÁS, todo o principal e encargos de empréstimos e financiamentos vencidos até 30/11/05, foram transformados em recursos destinados a aumento de capital em novembro de 2005, cujo o montante é de R\$ 233.759 mil.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2005	2004
Moeda estrangeira - Euro	996.456	1.199.293
Moeda nacional	1.164.555	1.138.979
	2.161.011	2.338.272

c) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos com as respectivas variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	2005	2004	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,76905	3,61949	-23,50%
IGPM	335,00600	331,00500	1,21%

d) Dívida total de longo prazo em 31 de dezembro, com seus vencimentos programados:

ANO	R\$ MIL	
	2005	2004
2006	-	222.401
2007	161.302	183.212
2008	130.155	152.437
2009	130.774	153.049
2010	133.127	154.187
2011	142.186	157.202
2012	143.087	160.275
APÓS 2012	998.165	887.726
	1.838.796	2.070.489

**NOTA 10 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

A composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, na sua totalidade a vencer, apresenta-se conforme segue:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	2005		2004	
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
PASEP e COFINS	11.497	-	11.088	-
II - Imposto de Importação	1.035	-	6.049	-
ICMS - Parcelamento	391	949	1.191	-
CIDE - Parcelamento	1.107	1.360	1.416	1.943
INSS	4.721	-	-	-
INSS - Parcelamento	1.671	10.916	5.532	12.212
ISS sobre Importação	5.737	-	1.619	-
FGTS	1.515	-	1.558	-
Outros	1.379	-	1.430	-
	29.053	13.225	29.883	14.155

NOTA 11 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

É premissa fundamental para a formação do passivo para o descomissionamento das usinas nucleares, que o valor estimado para sua realização deva ser atualizado ao longo da vida econômica das usinas e considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das mesmas, apropriados em quotas mensais.

Em estudo técnico concluído em 2001, verificou-se que o custo estimado inicialmente (1985) para usina Angra 1, equivalente a US\$ 111 milhões era insuficiente e foi ajustado naquele exercício para US\$ 197,8 milhões, mantendo o término de sua vida útil estimado para dezembro de 2014, enquanto que para a usina Angra 2, manteve-se o valor inicial estimado que era de US\$ 240 milhões, com o término de vida útil previsto para agosto de 2030.

O quadro abaixo resume a posição atual dos valores correspondentes ao passivo para o descomissionamento, classificados no passivo exigível a longo prazo:

USINA	MOEDA	SALDO DEZ/04	INGRESSO 2005	SALDO DEZ/05	A REALIZAR	PREVISÃO TOTAL
ANGRA 1	US\$	95.704	10.211	105.915	91.901	197.816
	R\$	254.037	(6.121)	247.916	215.112	463.028
ANGRA 2	US\$	34.667	8.000	42.667	197.333	240.000
	R\$	92.019	7.851	99.870	461.898	561.768
TOTAL	US\$	130.371	18.211	148.582	289.234	437.816
	R\$	346.056	1.730	347.786	677.010	1.024.796
				34%	66%	100%

**NOTA 12 - CONTINGÊNCIAS**

a) Os registros contábeis e as operações estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

b) A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém provisão para as seguintes contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL					
	2005			2004		
	Provisão		Depósitos Judiciais	Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
TRABALHISTAS						
Data-Base dos Engenheiros	1.405	15.450	-	2.016	14.045	-
Diferenças de remunerações	49	1.790	1.138	387	1.741	1.032
Planos Bresser, Collor, etc.	(4.707)	414	73	5.019	5.121	11
Outras	289	575	605	(138)	286	99
	(2.964)	18.229	1.816	7.284	21.193	1.142
CÍVEIS						
Desapropriações	-	8.730	226	-	8.730	-
Responsabilidade civil	99	1.022	-	623	923	226
Outros	8	161	3	(2)	153	-
	107	9.913	229	621	9.806	226
FISCAIS						
Tributos Estaduais e Federais	(80)	-	-	-	80	11
INSS	(1.023)	11.586	3.393	(16.223)	12.609	4.159
	(1.103)	11.586	3.393	(16.223)	12.689	4.170
TOTAL	(3.960)	39.728	5.438	(8.318)	43.688	5.538

A Ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros no valor de R\$ 15.450 mil, refere-se a reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra Furnas Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo realizável a longo prazo.

Do valor de R\$ 11.586 mil, que permanece como provisão para contingência judicial do INSS, destacam-se as contingências referentes a autuações efetuadas que consideraram autônomos como empregados da Companhia.

Além do montante de R\$ 5.438 mil dos Depósitos Judiciais referentes a contingências de perda provável destacado no quadro acima, a Companhia possui também registros de outros Depósitos Judiciais no valor de R\$ 9.307 mil, totalizando R\$ 14.745 mil, em 31/12/05.



c) Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 72.301 mil em 31/12/05 (2004 - R\$ 87.918 mil), sendo R\$ 33.206 mil de processos tributários, R\$ 33.140 mil de ações trabalhistas e outros de natureza civil no valor de R\$ 5.955 mil.

Também informa a Procuradoria Jurídica que os processos de contingência ativa, com expectativa de ganho possível para retorno de caixa a ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil, referentes a processos tributários federais.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição acionária

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

TIPO	QUANTIDADE DE AÇÕES	
	2005	2004
Ordinárias	8.836.130.474	8.836.130.474
Preferenciais	2.483.768.691	2.483.768.691
TOTAL	11.319.899.165	11.319.899.165

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

b) Reservas de Capital

As Reservas de Capital compõem-se da remuneração das imobilizações em curso no montante de R\$ 903.064 mil (2004 – R\$ 903.064 mil).

c) Reservas de Lucros

Compõem-se pela Reserva Legal constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício de 2005, de acordo com a legislação societária, no montante de R\$ 9.533 mil.

**NOTA 14 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

O Estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei nº 6.404/76.

A seguir estão demonstrados o lucro líquido ajustado, o valor do dividendo mínimo obrigatório e o valor total dos dividendos registrados contabilmente na forma da lei..

A proposta de distribuição dos Dividendos será deliberada em Assembléia Geral de acordo com a legislação societária.

DEMONSTRATIVO	R\$ MIL
Lucro líquido do exercício	190.653
(-) Reserva legal	(9.533)
Lucro líquido ajustado	181.120
Dividendo mínimo obrigatório	45.280
Dividendos provisionados	45.280

NOTA 15 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 19/12/00 e Resolução nº 10, de 30/05/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE, a Companhia constituiu provisão para pagamento a título de participação nos lucros e resultados do exercício de 2005, no valor de R\$ 11.320 mil. A aprovação da proposta de distribuição da Participação nos Lucros e Resultados será deliberada em Assembléia Geral Ordinária.

NOTA 16 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriados ao resultado e no imobilizado em curso de acordo com a Instrução contábil 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/96, conforme demonstrativo anexo:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2005	2004
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	365.350	127.463
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	4
Efeito líquido no resultado	365.350	127.459
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado	(361.342)	102.142
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	1
Efeito líquido no resultado	(361.342)	102.141



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

NOTA 17 - PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e do Nucleos - Instituto de Seguridade Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

a) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

a.1) - Informações gerais

A REAL GRANDEZA tem como suas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, Furnas Centrais Elétricas S.A e a Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Em 09/04/03, a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 379/SPC/GAB/GCTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da REAL GRANDEZA ao Plano de Contribuição Definida - CD, o que possibilitou a adesão, a partir de 01/05/03, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD.

No período compreendido entre 01/06/02 e 31/08/02 foi oferecida aos participantes do Plano de Benefício Definido a opção de migrar do Plano BD para dois novos planos aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC: um Plano Saldado, aprovado em abril de 2001 e o Plano de Contribuição Definida, aprovado em março de 2002. Os participantes ativos poderiam optar pela migração simultânea aos Planos Saldado e de Contribuição Definida ou pela migração exclusiva para o Plano CD. Já os assistidos somente poderiam fazer a opção de migrar para o Plano Saldado.

A migração para os dois novos Planos alcançou cerca de 68% do total de participantes e assistidos da REAL GRANDEZA. Não obstante, a validade e a eficácia da opção de migração encontrava-se condicionada à revisão, até 31/05/03, de uma decisão judicial proferida pelo Juízo da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cujo teor determinava à REAL GRANDEZA, provisoriamente, que não promovesse a transferência de qualquer parcela do patrimônio do Plano BD para constituir cotas ou parcelas dos novos planos, enquanto não verificadas as obrigações das Patrocinadoras em relação ao referido Plano BD, antes de autorização expressa daquele Juízo.

Alcançada a data de 31/05/03, sem que a decisão judicial fosse revista pelo Juízo da 28ª Vara Federal, a opção de migração dos participantes aos novos planos perdeu sua validade e eficácia. O Plano Saldado, embora aprovado em todas as instâncias prossegue com sua implementação pendente de decisão judicial e de uma nova campanha de adesão.



Estudos realizados em outubro de 2004 pela STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária, responsável atuarial pelo Plano BD, demonstraram que a situação superavitária existente no plano ao final de 2003 - que se manteve crescente ao longo de 2004 alcançando R\$ 673.892 mil em julho - sofreria substancial redução em decorrência da atualização das premissas atuariais adotadas, notadamente no que se refere às tábuas de mortalidade. A atualização se refletiu no resultado de 2004, que se reduziu a R\$ 178.531 mil.

Ao final do exercício de 2005 o superávit da REAL GRANDEZA alcançou R\$ 199.379 mil, sendo R\$ 197.914 mil referentes ao Plano BD e R\$ 1.465 mil ao plano CD. Incluído no superávit do Plano BD permanece a parcela do déficit de responsabilidade dos participantes e assistidos, decorrente da adequação à Emenda Constitucional nº 20/98, no valor de R\$ 281.419 mil.

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. Na data de encerramento do exercício o número de participantes da Fundação era:

Participantes	QUANTIDADE POR PLANO	
	Benefício Definido	Contribuição Definida
- Ativos	3.789	1.738
- Assistidos	5.752	0
- Beneficiários	905	1

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até $\frac{1}{2}$ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de $\frac{1}{2}$ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13,0% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a ELETRONUCLEAR efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (a) menos (b) menos (c), onde:

- Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2,0% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 206,91);
- Contribuição Específica de valor, calculada atuarialmente, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimo dos Participantes;
- Contribuição Complementar, igual a um percentual calculado atuarialmente, destinado ao financiamento das despesas administrativas.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 7.894 mil (2004 - R\$ 7.107 mil).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 1.307 mil (2004 - R\$ 1.715 mil) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com a REAL GRANDEZA.

a.2) Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da REAL GRANDEZA aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98 e, especificamente, em relação ao prescrito no artigo 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, em 14/12/00, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças" no valor de R\$ 84.510 mil - base 31/12/99, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001, compromissos da Patrocinadora estabelecidos no Estatuto e no Regulamento do programa previdenciário, preponderantemente relativos a tempos de serviços anteriores à inscrição dos participantes na REAL GRANDEZA. O saldo do reconhecimento e consolidação de dívidas em 31/12/05 corresponde a R\$ 113.089 mil (31/12/04 - R\$ 123.636 mil), dos quais R\$ 13.473 mil classificados no passivo circulante (31/12/04 - R\$ R\$ 12.491 mil).

Cabe observar que contrato de natureza idêntica, no valor de R\$ 619.743 mil - base 31/12/99, foi firmado na mesma data entre a REAL GRANDEZA e FURNAS.

a.3) - Contrato de Reserva a Amortizar

Em 13/10/03, dando seqüência ao processo de reequilíbrio consistente do Plano de Benefício Definido e atendendo determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR e com FURNAS, o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 273.123 mil, referidos a novembro de 2001, sendo R\$ 32.775 mil contratados junto à ELETRONUCLEAR e R\$ 240.348 mil a FURNAS.



Tais valores, apurados em novembro de 2001, corrigidos com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, serão pagos em 12 anos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida pela ELETRONUCLEAR, em 31/12/05, monta R\$ 46.332 mil (31/12/04 – R\$ 47.339 mil), dos quais R\$ 3.553 mil estão classificados no passivo circulante (31/12/04 - R\$ 3.161 mil).

a.4) - Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados das avaliações atuariais efetuadas por atuários independentes com data base de 31/12/05, referentes ao Plano de Benefício Definido e ao Plano de Contribuição Definida:

I - Avaliação atuarial referente ao Plano de Benefício Definido

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2005	2004
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do período (a+b)	(5.007.376)	(4.607.138)
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	(1.736.923)	(1.509.241)
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	(3.270.453)	(3.097.897)
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	3.707.192	3.174.392
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	(1.300.184)	(1.432.746)
(4) Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos (+/-)	1.108.831	1.283.564
Passivo / (Ativo) atuarial líquido (3-4)	(191.353)	(149.182)
(5) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	(191.353)	(149.182)
(6) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total já provisionado	(149.182)	(169.187)
Passivo / (Ativo) atuarial adicional (5-6)	(42.171)	20.005
Despesa líquida reconhecida para o ano seguinte (+/-)	235.907	299.546
Custo do serviço corrente (+)	57.378	57.410
Custo dos Juros (a+b) (+)	546.954	504.675
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	193.732	165.325
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	353.222	339.350
Rendimento esperado dos ativos do plano (-)	(417.637)	(345.605)
Contribuições esperados dos participantes (-)	(24.891)	(19.790)
Custos de amortizações (-)	74.103	102.856

Fonte: WATSONWYATT Brasil Ltda – Atuário da Fundação Real Grandeza

**II - Avaliação atuarial referente ao Plano de Contribuição Definida**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2005	2004
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do período (a+b)	(1.043)	(1.032)
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	(963)	(952)
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	(80)	(80)
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	2.642	837
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	1.599	(195)
(4) Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos (+/-)	(1.056)	40
Passivo / (Ativo) atuarial líquido (3+4)	543	(155)
(5) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	543	(155)
(6) Passivo / (Ativo) atuarial já provisionado	(155)	330
Passivo / (Ativo) atuarial adicional (5-6)	698	(485)
Despesa líquida reconhecida para o ano seguinte (+/-)	203	803
Custo do serviço corrente (+)	465	814
Custo dos Juros (a+b) (+)	101	116
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	92	107
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	9	9
Rendimento esperado dos ativos do plano (-)	(307)	(127)
Contribuições esperados dos participantes (-)	(2)	-
Custos de amortizações (-)	(54)	

Fonte: WATSONWYATT Brasil Ltda – Atuário da Fundação Real Grandeza

III - Hipóteses atuariais utilizadas para cálculos

Hipóteses Atuariais Utilizadas nos Cálculos		
	Benefício Definido	Contribuição Definida
1 - Demográficas		
1.1 - Mortalidade geral	Tábua AT83 Masculina	Tábua AT83 Masculina
1.2 - Mortalidade de inválidos	MI85M	MI85M
1.3 - Entrada em invalidez	TASA 27, agrav 3 anos + 50%	TASA 27 c/grav 3 anos + 50%
1.4 - Rotatividade	1,2% a.a. (até 48 anos)	1,2% a.a. (até 48 anos)
1.5 - Aposentadoria	1ª elegibilidade	1ª elegibilidade
1.6 - Família	Esposa 4 a. mais jovem p/ativos Família informa p/assistidos	Esposa 4 a. mais jovem p/ativos Família informa p/assistidos
1.7 - Proporção de casados	90%	90%
2 - Econômicas		
2.1 - Taxa de desconto	11,30%	11,30%
2.2 - Crescimento salarial estimado	7,63%	7,63%
2.3 - Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do Plano	11,30%	11,30%
2.4 - Taxa de inflação de longo prazo	5,00%	5,00%

**b) NUCLEOS****b.1) - Informações gerais**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Na data do encerramento das Demonstrações Contábeis o número de participantes do NUCLEOS era:

Participantes	FREQUÊNCIAS			
	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2005	2004	2005	2004
- Ativos	2.429	2.351	1.051	1.033
- Assistidos	591	581	133	130
- Beneficiários	165	133	30	24

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente a aplicação de uma taxa de 0,943% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS.

Considerando que o parágrafo 3º do artigo 202 da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, a aplicação de uma taxa de 3,789% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da patrocinadora e participantes é de 0,25 para 1, estando assim atendida de forma plena a paridade contributiva prevista na referida emenda.

A diferença de contribuição vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS resulta do pagamento de 240 prestações mensais a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, calculada mediante aplicação da taxa de 10,087% sobre a folha salarial dos participantes empregados para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

As contribuições normais ao NUCLEOS, apropriadas no exercício para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 7.252 mil (2004 - R\$ 6.252 mil), dos quais R\$ 620 mil referentes a contribuição normal (2004 - R\$ 534 mil) e R\$ 5.632 mil referentes as parcelas especiais da Reserva de Tempo Anterior (2004 - R\$ 5.718 mil).



Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

b.2) - Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial do NUCLEOS, efetuada por atuário independente, do Plano BD com data base de 31/12/05:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2005	2004
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do período (a+b)	555.633	514.445
(a) Benefícios a conceder (ativos)	394.733	368.127
(b) Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	160.900	146.318
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	438.225	392.791
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	117.408	121.654
(4) Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos (+/-)	76.769	54.149
(5) Custos dos serviços passados não reconhecidos (-)	-	-
(6) Custo do passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido (-)	-	-
Passivo / (Ativo) atuarial líquido (3+4+5+6)	194.177	175.803
(7) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	194.177	175.803
(8) Passivo / (Ativo) atuarial já provisionado	175.803	168.445
Passivo / (Ativo) atuarial adicional (7-8)	18.374	7.358
Despesa líquida reconhecida para o ano seguinte (+/-)	30.363	30.554
Custo do serviço corrente (+)	24.187	21.072
Custo dos juros - benefícios a conceder (ativos) (+)	44.605	43.549
Custo dos juros - benefícios concedidos (aposentados e pensionistas) (+)	17.318	16.538
Rendimento esperado dos ativos do plano (-)	(49.571)	(46.461)
Contribuições esperadas de participantes (-)	(4.891)	(3.900)
Custos de amortizações (1+2) (+/-)	(1.285)	(244)
(1) Ganhos (perdas) atuariais líquidos não reconhecidos (+/-)	(1.285)	(244)
(2) Passivo não reconhecido (+)	-	-

Fonte: STEA Serviços Técnicos de Estatística e Atuaria Ltda – Atuário do NUCLEOS

Na determinação dos valores atribuídos às provisões matemáticas segundo as determinações do Pronunciamento do IBRACON (CVM 371/2000), é utilizado o método de Unidade de Crédito Projetado, enquanto que no balanço do NUCLEOS a apuração é feita pelo Método Agregado.

A insuficiência do ativo líquido do plano BD - Benefício Definido verificada nos exercícios de 2005 e 2004, conforme consignado nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do NUCLEOS dos exercícios de 2005 e 2004, deve-se essencialmente à constituição da provisão para direitos a receber de liquidação duvidosa, equivalente à totalidade dos valores relativos às contribuições em atraso, não contratadas, das patrocinadoras INB e NUCLEP, abrangendo os períodos anteriores e posteriores a 31/08/88, bem como os contratos de confissão de dívida previdencial e assistencial, cujo montante em 31/12/05 é de R\$ 274.147 mil (31/12/04 - R\$ 222.771 mil).



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Abaixo quadro demonstrativo da responsabilidade da insuficiência do ativo líquido do plano BD - Benefício Definido, na posição de 31/12/05:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL			
	INSUFICIÊNCIA TOTAL	PATROCINADORAS		
		ELETRONUCLEAR	INB	NUCLEP
Insuficiência líquida dos ativos	194.177	99.513	71.497	23.167

Da insuficiência do ativo líquido apurada à luz da Deliberação CVM nº 371/00 é de responsabilidade da Patrocinadora ELETRONUCLEAR o valor de R\$ 99.513 mil, sendo que R\$ 70.344 mil foram reconhecidos no resultado de 2002, R\$ 17.216 mil em 2003, R\$ 2.477 mil em 2004 e R\$ 9.476 mil em 2005.

As hipóteses atuariais utilizadas para cálculos do exercício de 2005 são as seguintes:

Hipóteses Atuariais Utilizadas nos Cálculos	
1 - Biométricas Mortalidade Válidos : Inválidos : Invalidez : Outros Encargos :	GAM-71 + 20% de (AT-2000 - GAM-71) Experiência da Stea 2004 Álvaro Vindas Experiência da STEA
2 - Rotatividade média anual :	Até 47 anos = 1,0 % a.a a partir de 48 anos = nulo
3 - Econômicas Taxa utilizada no desconto a valor presente das obrigações atuariais Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos do Plano	juros: 6% a.a. e inflação: 5,0% a.a. juros: 6% a.a. e inflação: 5,0% a.a. 2,74% a.a

NOTA 18 - ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS (não auditadas)

a - Remuneração da concessão

O Suprimento de energia das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida a FURNAS, de 8.998.693 MWh (2004 – 10.562.020 MWh) corresponde a uma receita no exercício de R\$ 1.112.787 mil (2004 - R\$ 883.429 mil).

Da receita do exercício, a parcela de R\$ 310.081 mil refere-se ao suprimento de Angra 1 (2004 - R\$ 316.901 mil) e a parcela de R\$ 802.706 mil ao suprimento de Angra 2 (2004 - R\$ 566.528 mil).



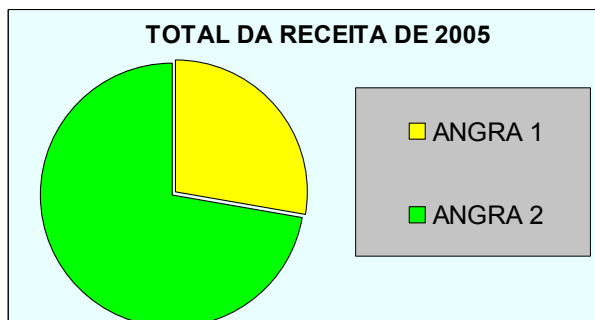
A tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticada em 2005 e 2004 foi a seguinte:

De 01/01/04 a 05/12/04 > R\$ 78,41 /MWh - Resolução ANEEL nº 350, de 22/07/03;

De 06/12/04 a 04/12/05 > R\$ 91,52 /MWh - Portaria do MME nº 320, de 03/12/04;

De 05/12/05 a 31/12/05 > R\$ 98,64 /MWh – Resolução ANEEL nº 252, de 06/12/05.

Abaixo gráfico da Receita aberta por usinas, dos exercícios de 2005 e 2004, bem como o quadro da tarifa média, a saber:



b - Nível de eficiência

Os dados do potencial instalado “versus” utilização:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL (MW)	Geração Bruta (MW médios)	
		2005	2004
Angra 1	657	426	470
Angra 2	1.350	699	846
	2.007	1.125	1.316

As principais razões sobre as variações relevantes entre a capacidade instalada de geração e sua utilização efetiva para as usinas Angra 1 e Angra 2 no ano de 2005, são as seguintes:

Angra 1: Parada para reabastecimento de combustível (1P13), de 26/02/05 a 21/04/05 (55 dias); e para manutenção do gerador elétrico, de 26/12/05 a 30/12/05 (5 dias);

Angra 2: Parada para manutenção no gerador elétrico, de 01/01/05 a 31/03/05 (90 dias), parada para reparo em um dos transformadores elevadores, de 17/07/05 a 22/07/05 (6 dias) e para reabastecimento de combustível de 25/11/05 a 31/12/05 (61 dias).

Paradas

PARADAS	Nº de dias	
	Angra 1	Angra 2
Programadas	55	-
Forçadas	5	133
Total	60	133



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

A disponibilidade de Angra 1, no período considerado, ficou limitada em 520 MW, para preservação dos dois Geradores de Vapor da Usina, cuja substituição está programada para o primeiro semestre de 2008.

A disponibilidade de Angra 2, no período considerado, ficou limitada em 1.080 MW em consequência de uma condição anormal em um dos elementos combustíveis dessa Usina.

NOTA 19 - REGULAMENTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA DA ELETRONUCLEAR

Com base no Decreto n.º 5.287, de 26 de novembro de 2004, que modificou o Decreto n.º 4.550, de 27 de dezembro de 2002 foram introduzidas novos contornos regulatórios a comercialização e na política tarifária da energia gerada pela ELETRONUCLEAR. Nesse novo ambiente regulatório, cabe a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a revisão anual da tarifa da venda de energia.

O Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria n.º 320, de 3 de dezembro de 2004, fixou em R\$ 91,52 /MWh a tarifa inicial (valor anteriormente praticado = R\$ 78,41 /MWh) para a venda da energia da ELETRONUCLEAR para FURNAS, com validade a partir de 6 de dezembro de 2004, data de publicação da referida Portaria no Diário Oficial da União.

A mesma Portaria fixou em 1.475 MW médios a energia contratada por FURNAS à ELETRONUCLEAR, que passou a vigorar também a partir do dia 6 de dezembro de 2004 (anterior - 1.266 MW médios).

NOTA 20 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado em 31/12/05 é de R\$ 4.260.975 mil, assim distribuído:

R A M O	R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO
Riscos nucleares	31/05/06		
- Danos materiais		2.340.700	5.114
- Responsabilidade civil		185.618	917
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	1.558.994	5.332
Diversos	Diversas	175.663	108
		4.260.975	11.471



NOTA 21 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2005, foram de R\$ 18.371,24 e R\$ 805,10 (2004 - R\$ 16.663,11 e R\$ 733,97) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2005, correspondeu a R\$ 21.639,54 (2004 - R\$ 16.309,13).

NOTA 22 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A operação da Companhia compreende a geração de energia elétrica, fornecida às linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional e recebida pelas Distribuidoras nas suas redes de distribuição para entrega aos consumidores finais, e compreende 3% da energia produzida no país, equivalente a 50% da energia elétrica consumida no Estado do Rio de Janeiro.

Os principais fatores de riscos de mercado que afetam e ou podem afetar o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

- **Risco de Crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 4, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do grupo ELETROBRÁS que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

- **Risco de taxa de câmbio**

O endividamento e o resultado da operação da ELETRONUCLEAR são afetados pelas flutuações do EURO e do dólar norte-americano. Não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, entretanto foi renegociada com a ELETROBRÁS parte desta dívida em 2004 e 2005, gerando uma nova dívida com taxas contratuais diferentes dos contratos originais, mais adequada ao fluxo de recursos da Companhia, bem como a transformação em novembro de 2005 de todo o principal e encargos vencidos para recursos destinados a aumento de capital, num montante de R\$ 233.759 mil.

A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRÁS que está, por disposição estatutária expressa, condicionada a conceder financiamento apenas a "concessionárias de serviço público de energia elétrica.

Durante os exercícios de 2005 e 2004, a Companhia não realizou operações envolvendo derivativos financeiros ("swap", opções, etc.).

- **Riscos ambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e também o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

-.-.-